

Diário Oficial

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Ano CIII • Nº 165

Edição eletrônica

Recife, sexta-feira, 18 de setembro de 2026

Alepe realiza palestra sobre saúde mental para servidores

Evento abordou a importância da construção de um ambiente profissional mais saudável

A Assembleia Legislativa de Pernambuco promoveu ontem uma palestra sobre saúde mental voltada ao público interno da Casa. Com o tema “Cuidar da mente transforma o trabalho”, o encontro abordou a importância da construção de um ambiente profissional mais saudável e da atenção ao bem-estar dos trabalhadores, dentro das ações do Legislativo voltadas à valorização dos servidores.

Organizada pela Superintendência de Gestão de Pessoas e pela Superintendência de Saúde da Alepe, em parceria com o Centro Universitário Frassinetti do Recife (UniFafire), a atividade teve como palestrante a psicóloga e professora universitária Ana Cristina Emerenciano. Os desafios enfrentados no ambiente profissional e a importância de desenvolver práticas de cuidado que contribuam para uma rotina

de trabalho mais equilibrada pontuaram a abordagem.

“Esse tema é importante em todos os espaços que a gente puder dialogar. A Casa Legislativa, como os parlamentares mesmo dizem, é a Casa do Povo, e aqui são feitas as leis. Então, na medida em que a estrutura administrativa da instituição se preocupa com o tema e os próprios servidores participam de momentos como esse, você sensibiliza os parlamentares e as comissões que tratam de temas relacionados à saúde mental”, afirmou Ana Cristina, coordenadora do curso de Psicologia da UniFafire.

Integrante da Superintendência de Gestão de Pessoas da Alepe, Cláudia Melo ressaltou a iniciativa de promover momentos de diálogo e reflexão sobre saúde mental e reforçou o compromisso do Legislativo com



FOTO: NANDO CHIAPPETTA

SAÚDE - Evento voltado para os servidores do Legislativo Estadual foi realizado em parceria com a UniFafire

a pauta. “Momentos como esse contribuem para refletirmos sobre alguns fatores que podem afetar a saúde mental no nosso cotidiano e que acontecem no ambiente de trabalho. Assim identificarmos propostas para o desenvolvimento de políticas institucionais de gestão que estimulem um ambiente de trabalho mais positivo e de crescimento pessoal e profissional”.

AMBIENTE SAUDÁVEL

Para o servidor Luciano Galvão Filho, as iniciativas são bastante positivas e contribuem para a construção de um ambiente profissional mais saudável. “Nós passamos mais tempo no trabalho do que com a família. Por isso, o ambiente de trabalho precisa ser saudável. É importante que esses eventos sejam permanentes na Alepe. Parabéns a Gestão de

Pessoas por organizar uma iniciativa tão positiva.”

Representante do Sindilegis, o Sindicato dos Servidores no Poder Legislativo de Pernambuco, João Victor Rocha também chamou atenção para os impactos da saúde mental no cotidiano dos trabalhadores. Segundo ele, o adoecimento pode acontecer de forma gradual e nem sempre tem origem no próprio ambiente profissional, mas pode reper-

cutir nas relações de trabalho.

“As pessoas estão adoecendo não só dentro do trabalho, e muitas vezes esse sofrimento acaba impactando diretamente o ambiente profissional. É um processo que acontece aos poucos e só quem sofre sabe as repercussões e os prejuízos para a vida. Por isso, precisamos começar a cuidar cada vez mais da saúde dos trabalhadores”, defendeu Rocha.

A seção de notícias do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPEDIENTE: Superintendente: Arthur Cunha; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** André Zahar; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do site:** Edson Alves Jr., Eliza Kobayashi; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Amanda Arruda, Amanda Seabra, Ana Célia Silva, Anna Beatriz Ferraz, Haymone Neto, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Júlia Nazário, Ruane Barbosa, Silliane Falcão; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Evane Manço, Gabriel Costa, Giovanna Laura, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Nando Chiappetta, Nivaldo Francisco, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE
Fone: 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

CERTIFICADO DIGITALMENTE DE ACORDO COM O ATO DA MESA DIRETORA Nº 1, DE 3 DE SETEMBRO DE 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE
PERNAMBUCO:11426103000134

Assinado de forma digital por
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO:11426103000134
Dados: 2026.09.17 20:26:26 -03'00'

Ato

ATO Nº 1390/2026

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ato nº 000613/2026, do Gabinete do Deputado Álvaro Porto, **RESOLVE: exonerar BRUNO DIB CARVALHEIRA** do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, **PAULO REZENDE CARVALHEIRA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 85,0%, a partir do dia 18 de Setembro de 2026, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 17 de Setembro de 2026

Deputado Álvaro Porto
Presidente

Ata de Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Quando a Rede Falha: Desafios na Proteção e no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em Pernambuco

Às 10h (dez horas) do dia 02 (dois) de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, no Auditório Ênio Guerra, localizado no 4º andar do Anexo I, desta Assembleia Legislativa, situada na rua da União, 397, Boa Vista, Recife/PE, foi realizada a Audiência Pública convocada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. A abertura foi conduzida pela presidente desta Comissão, Deputada Delegada Gleide Ângelo, que destacou a gravidade do tema abordado - "Quando a Rede Falha: Desafios na Proteção e no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em Pernambuco". A mesa de abertura foi composta pelas seguintes autoridades e representantes de instituições: Sr. Zaldo Just - Palestrante e Defensor dos Direitos Humanos; Delegada Andreza Gregório Lima - Departamento de Polícia da Mulher, representando a Polícia Civil de Pernambuco; Sra. Walkíria Alves - Secretária Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres, representando a Secretária da Mulher do Estado de Pernambuco; Sra. Ana Nery - Gerente Técnica da Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE, representando a Sra. Márcia Konrado, Secretária da Mulher da AMUPE. A Deputada Delegada Gleide Ângelo justificou a realização da audiência apresentando dados alarmantes de uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referente a 2024 e 2025, indicando que, no Estado de Pernambuco, 33% das vítimas de feminicídio possuíam medidas protetivas de urgência deferidas e ativas. Ressaltou que, estatisticamente, de cada três mulheres que solicitaram e obtiveram proteção oficial, uma foi assassinada, o que evidencia que a rede de atendimento atual apresenta falhas críticas e precisa de fortalecimento e integração intersetorial. Em seguida, iniciou os trabalhos convidando Sra. Tassyla Lins - Gerente de Fiscalização da Cultura e Cidadania do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE que apresentou o painel do Índice de Comprometimento Municipal da Mulher (ICM Proteção à Mulher), ferramenta desenvolvida com apoio da Universidade Federal de Pernambuco e disponível no Portal Tome Conta. Explicou que o painel traz um panorama completo do estado, lembrando que Pernambuco ocupa a 5ª posição nacional em números absolutos de feminicídios. Destacou que o estudo avaliou os 184 municípios e Fernando de Noronha sob dimensões como governo, orçamento, ações afirmativas, existência de plano municipal e fluxos de atendimento. Segundo os dados expostos, embora cerca de 99% das cidades contem com algum Organismo de Políticas para as Mulheres (OPM), a maioria esmagadora não dispõe de fluxos formais de articulação, nem de mapeamento das estruturas da rede pública de atendimento. Revelou também a precariedade orçamentária e a escassez de fundos municipais próprios ou planos estruturados, evidenciando que a gestão da política muitas vezes fica restrita ao empenho solitário das gestoras. Na classificação por faixas de comprometimento do índice, nenhum município pernambucano atingiu o nível avançado; apenas 4 obtiveram resultado "aprimorado" (Recife, Caruaru, Garanhuns e Toritama), 15 ficaram como "intermediários", 60 em nível "insuficiente" e 106 municípios foram enquadrados na faixa "crítica". Por fim, assinalou que tal realidade não é exclusiva de Pernambuco, refletindo uma vulnerabilidade estrutural e de falta de planejamento que afeta todo o país, especialmente na zona rural. Retomando a palavra, a Deputada Delegada Gleide Ângelo reiterou a relevância do diagnóstico técnico do TCE/PE, pontuando que sem orçamento próprio e sem a correta circulação das informações das ocorrências das delegacias para os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CEAM), a vítima permanece isolada e vulnerável. Logo após, a Delegada Andreza Gregório Lima, detalhou os dados da Secretaria de Defesa Social (SDS). Informou que, em 2023, o estado registrou 88 feminicídios e que, segundo os registros das estatísticas policiais, 20 dessas vítimas haviam procurado a Polícia Civil anteriormente para registrar boletins de ocorrência. Contudo, no momento exato do crime letal, apenas 5 mulheres contavam com medidas protetivas de urgência válidas e ativas, uma vez que diversas haviam sido anteriormente revogadas ou vencidas por imposição de prazos fixados por membros do Judiciário. A delegada apresentou as estratégias da SDS e da Polícia Civil, citando a inclusão da pauta de violência de gênero no Plano de Segurança do Estado, o reforço na grade da Academia da Polícia Civil - Acadepol, oficinas de capacitação humanizada para policiais em todas as 26 Áreas Integradas de Segurança e a recomendação formal de envio de boletins e Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FONAR) aos municípios. Mencionou ainda inovações como a ferramenta 197 Mulher, que possibilita o registro de boletins e pedidos de medida protetiva on-line sem necessidade de deslocamento físico, e a implantação de 42 Salas Lilás em delegacias de municípios de menor porte. A Deputada Delegada Gleide Ângelo, pontuou que, por abalo emocional ou falta de recursos para o transporte, muitas mulheres atendidas na delegacia não chegam aos centros de atendimento sem a busca ativa da equipe técnica municipal. Destacou a necessidade de uma lei estadual que obrigue o repasse automatizado desses dados aos serviços sociais e ressaltou seu empenho, junto ao Congresso Nacional, para a aprovação de projeto que determine a criação obrigatória de CEAMs em todos os municípios do país, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Na sequência, a Sra. Ana Nery parabenizou a realização da audiência e o levantamento do TCE/PE. afirmou que a diretoria da AMUPE possui forte liderança feminina, citando a Sra. Márcia Konrado à frente da Secretaria da Mulher da entidade e que a Associação vem estimulando práticas de igualdade de gênero por meio de seminários, congressos e experiências bem-sucedidas. Colocou a equipe técnica da AMUPE à disposição para fortalecer parcerias, oferecer suporte técnico com modelos de planos, protocolos adaptáveis e incentivar consórcios intermunicipais para viabilizar equipamentos regionais de atendimento em cidades de pequeno porte. A Sra. Walkíria Alves iniciou sua fala contextualizando sua trajetória como psicóloga, ex-coordenadora de CEAM e ex-secretária municipal. Explicou que, diferentemente da Saúde (SUS) e da Assistência Social (SUAS), a política pública para as mulheres no Brasil não possui um sistema único federativo com repasses fundo a fundo obrigatórios, dependendo exclusivamente da prioridade e da capacidade orçamentária do gestor de turno. Destacou os avanços estaduais no último ano, tais como a execução de R\$ 76 milhões no orçamento voltado à pauta, a entrega de 183 veículos para dar autonomia de locomoção às gestoras municipais, o edital de R\$ 9,5 milhões para implantação de 30 novos CRMs, a disponibilização de ônibus lilás (R\$ 15 milhões) para atendimento em áreas rurais e remotas, além de ações de capacitação continuada e a criação do grupo de estudo de casos de feminicídio. Enfatizou que cerca de 80% das mulheres vítimas de feminicídio no país nunca acionaram a rede oficial de proteção, reforçando a urgência de sensibilizar a sociedade para que o silenciamento e conselhos desautorizados não impeçam o acesso dos serviços preventivos. Em seguida, a presidente passou a palavra para o Sr. Zaldo Just que proferiu um emocionante depoimento, compartilhando sua vivência pessoal como sobrevivente da violência de gênero. Relatou o assassinato de sua mãe, Maristela Just, ocorrido em 4 de abril de 1989, planejado pelo ex-marido por inconformismo com a separação. Detalhou o momento em que, na casa de seus avós, o agressor efetuou disparos que mataram sua mãe, atingiram a sua cabeça, feriram sua irmã Natália e o seu tio. Descreveu o longo e doloroso processo de recuperação médica, as sequelas físicas e emocionais que a família carrega até hoje, além dos 21 anos de espera pelo julgamento do acusado, que atualmente cumpre prisão domiciliar. Ressaltou que a perversidade da violência e o sentimento de posse continuam os mesmos ao longo das últimas décadas. Zaldo encerrou sua fala fazendo um apelo à sociedade: "Em briga de marido e mulher, se mete a colher, sim", ressaltando a urgência da intervenção ativa de vizinhos, familiares e órgãos públicos para evitar desfechos letais e a geração de novos órfãos do feminicídio. Neste momento encerram-se as falas dos membros da mesa e é concedida a palavra ao público e demais convidados: 1 - Sra. Maria Eduarda (Coordenadora da Mulher de Abreu e Lima): Direcionou sua fala ao Poder Judiciário, citando graves gargalos no cumprimento de medidas protetivas por oficiais de justiça ligados às Centrais de Mandados, que chegam a atestar falsamente a não localização de endereços centrais, mantendo a vítima sob convivência com o agressor por vários dias. Denunciou ainda os entraves da violência vicária e a resistência de certas estruturas religiosas. 2- Sra. Avani Santana (Gerente Geral de Promoção da Cidadania e Direitos da Mulher, representando a Secretária da Mulher do Recife, Glauce Medeiros): afirmou que a rede falha no seu conjunto quando um único elemento fraqueja. Pontuou o perigo dos discursos de ódio e denunciou episódios graves em que feminicídios ocorrem por falta de resposta hábil no monitoramento do desligamento de tornozeleiras eletrônicas por agressores. 3- Sra. Taciana (Clube de Mães de Maranguape II - Paulista): Destacou a necessidade do fortalecimento das ações comunitárias na ponta e da ampliação de orientações preventivas nas periferias. 4 - Sra. Greyce (Advogada da Secretaria da Mulher de Toritama): Apontou que, embora o município seja referência

na gestão do Organismo de Políticas para Mulheres, enfrenta séria carência nos plantões policiais. afirmou que a violência não tem horário e relatou o atendimento de 10 ocorrências e 2 abrigamentos em um único final de semana, reforçando o pleito por uma Delegacia Especializada ao Atendimento à Mulher (DEAM) e por plantões 24 horas. 5 - Sra. Jouse Barata (Presidente do Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã): Ressaltou o papel crucial das organizações da sociedade civil e das instituições de base na acolhida e qualificação profissional de mulheres dependentes financeiramente. 6 - Sra. Lúcia Maria (79 anos, integrante do Espaço Feminista): Compartilhou seu depoimento histórico de superação de agressões domésticas em um período anterior à Lei Maria da Penha, quando a polícia afirmava "não poder fazer nada". Relatou como a organização comunitária e a Defensoria Pública foram determinantes para sua libertação e divórcio, encerrando sob aplausos da plenária. Foram retirados como Encaminhamentos desta Audiência Pública: a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALEPE definiu a emissão e o envio de um relatório oficial, com o diagnóstico do TCE/PE, a todos os prefeitos pernambucanos para cobrar a criação de fundos, planos municipais e dotação orçamentária própria para a pauta; a cobrança formal ao Tribunal de Justiça sobre a lentidão no cumprimento de medidas protetivas pelas Centrais de Mandados; a articulação do Projeto de Lei que obriga a Polícia Civil a compartilhar automaticamente os boletins de ocorrência com os Centros de Referência (CEAMs) para viabilizar buscas ativas; o apoio ao PL Nacional para a criação obrigatória de CEAMs em todos os municípios; a parceria com a AMUPE para incentivar consórcios intermunicipais e apoiar tecnicamente as prefeituras; além de pleitos para a expansão de delegacias com plantão 24 horas no interior e a publicação das deliberações no Diário Oficial do Estado. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada e digitada a presente ata, que vai assinada pela Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Portarias

PORTARIA Nº 731/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o Ato nº 8392/2026, Parecer da Procuradoria Geral nº 431/2026 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE, **RESOLVE:** conceder ao servidor **FRANCISCO DE ASSIS SANTORO**, matrícula nº 468, Técnico Legislativo; especialidade: Processo Legislativo, licença para tratamento de saúde, por 90 (noventa) dias, com efeitos retroativos ao dia 24 de agosto de 2026, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.

Sala Austro Costa, 17 de setembro de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 732/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Ato nº 8990/2026, **RESOLVE:** designar a servidora **CLAUDIA MARIA SIQUEIRA DE MELO HAMMEL**, matrícula nº 453, Chefe do Departamento de Desenvolvimento Humano, para responder cumulativamente pelo cargo em comissão de Superintendente de Gestão de Pessoas, durante o período de gozo das férias do titular, **BRUNO DA SILVA ARAUJO PEREIRA**, matrícula nº 579, no período de 23 de setembro a 02 outubro de 2026, referente à 1ª fração do exercício de 2026.

Sala Austro Costa, 17 de setembro de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

Licitações e Contratos

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6888/2026 DISPENSA DE VALOR ELETRÔNICA Nº 006/2026

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de carimbos, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Início da sessão de disputa: 23/09/2026 às 14h00min.

Link: www.gov.br/compras. Valor estimado:

Horário da fase dos lances: 08:00 às 14:00h. Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS (sim)

Horário da Fase de Lances: (08:00) às (14:00). Recife, 17 de setembro de 2026. Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual – Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7902/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026. Material. Objeto: FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS EM COPOS DESCARTÁVEIS DE 200 (DUZENTOS) MILILITROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ALEPE), conforme as condições, especificações, quantidades e exigências no Termo de Referência. Valor total da contratação: R\$ 8.568,00. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** 01/10/2026 às 09h30min. O Edital na íntegra pode ser consultado no site www.gov.br/compras e site/porta da ALEPE: <https://alepe.pe.gov.br/pregao>. Informações através dos telefones: (81) 3183-2501/2448/2363/2106 e 2447. Josilene Cavalcanti Correia – Pregoeira. Recife, 17 de setembro de 2026.

PORTARIA Nº 050 - CT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2026

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Ato nº 8910/2026, criado pela Comissão de Licitação.

RESOLVE:

Designar o servidor WILTON JOSÉ DA SILVA, Matrícula nº 63.316, como Gestor do Contrato nº 027/2026, e o servidor GLAUBER MAX DE OLIVEIRA CAMPELO, Matrícula nº 640, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre este Poder e a empresa ANGRA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.724.663/0001-42, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS E OUTROS VETORES URBANOS TAIS COMO POMBOS, MORCEGOS E CAPINAÇÃO QUÍMICA DE CAPINS E OUTRAS PLANTAS DANINHAS, NOS PRÉDIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ALEPE, LOTE 2, com efeitos a contar do dia 26 de agosto de 2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 17 de setembro de 2026.

Deputado FRANCISMAR PONTES
Primeiro Secretário



SIGA A ALEPE NAS REDES SOCIAIS



assembleiape

|

www.alepe.pe.gov.br

|



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESA DIRETORA
Presidente, Deputado Álvaro Porto
1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias
2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor
1º Secretário, Deputado Francismar Pontes
2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho
3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho
4º Secretário, Deputado Izaías Régis
1º Suplente, Deputado Doriel Barros
2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho
3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque
4º Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz
5º Suplente, Deputado William Brigido
6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório
7º Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos
Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva
Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte
Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva
Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins
Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno
Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade
Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo
Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima
Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo
Superintendente da Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira
Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha
Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres
Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos
Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier
Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patricio Lopes
Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior
Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airtton Paes dos Santos
Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves



**COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:**
SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)
Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte
Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinicius Ferreira Moreira
Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

FOLHEIE O DIÁRIO OFICIAL COM APENAS ALGUNS CLIQUES



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal.

CLIQUE E CONFIRA



ALEPE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR